

Análise de Conjuntura

Nós, professores do Campus I da UFPB, encontramos mais uma vez em greve: por salários dignos, contratações de novos docentes que venham a suprir as necessidades departamentais, por verbas para a educação superior, pela isonomia constitucional entre professores da ativa e aposentados, hospitais universitários livres da lei da oferta e da procura, etc.

Além de todos esses fatores somos, pela legislação brasileira, uma categoria de profissionais, integrante do mesmo sistema de serviço público federal vítima desde a instalação do primeiro governo FHC de incontável número de medidas discriminadoras, restritivas e repressoras, entre as quais elencamos: *O estabelecimento à margem da lei das chamadas carreiras de Estado; A diferenciação de proventos, também estabelecida à margem da lei, entre ativos e pensionistas; O desconhecimento dos índices inflacionários que obrigariam o governo, no mínimo, ao estabelecimento de sua reposição.*

Assim, o governo FHC, que faz um ano e meio, como uma ameba, reproduziu-se a si mesmo após corromper a mídia e o legislativo, este com a compra pura e simples dos votos necessários à emenda constitucional da reeleição, continua atrelado às organizações internacionais que ditam as principais normas de comportamento do capitalismo periférico e neoliberal para o planeta e que impõe-nos entre outras, as seguintes medidas: *adoção de um estado mínimo retirando-se o governo de sua obrigação de manutenção do interesse nacional e das responsabilidades com as questões sociais; Privatizações selvagens das empresas públicas incluindo-se aí até mesmo aquelas que estão direcionadas às ações sociais, como transportes e água; Abertura indiscriminada da economia ao capital internacional incluindo-se a recepção predadora do chamado "hot money", capital especulativo de alta volatilidade, em parte responsável pelas estratosféricas taxas de juros do país; Sangria do erário público pelo financiamento do sistema financeiro (PROER) e para, via BNDES, o financiamento de empresas em vias de privatização.*

Enquanto isso, alastra-se o fosso entre ricos e pobres ("os de cima sobem, os de baixo descem"), é o estribilho do mais recente sucesso musical da mídia, de execrável gosto, mas de inegável verdade (o ano passado, em São Paulo, houve uma queda de 10% do rendimento da classe média e 15% do rendimento daqueles que ganham o salário mínimo).

Aumenta o contraste entre Sul/Sudeste e o Nordeste do país, por exemplo. Os indicadores do sistema de educação básica, apontados pelo IBGE para 1998/99, recentemente publicados, importantes na mensuração da evolução da sociedade, e matéria de vitrine da publicidade oficial nos têm demonstrado uma degradação constante a nível do Nordeste em contrapartida com uma pequena melhora no Sul/Sudeste, dados que reforçam as teses universalmente reconhecidas

do aumento da segregação social nos países que adotam a cartilha do FMI.

Repressão e corrupção - A repressão e a corrupção são duas das características fundamentais do atual sistema de governo no Brasil. As comemorações dos 500 anos do "descobrimento" realizadas em Porto Seguro e as recentes manifestações do MST serviram para desmascarar por inteiro a farsa "democrática" do governo. Na Bahia foram os índios, negros e sem-terra (párias da sociedade) as vítimas da repressão executada por ordem do vice-rei Dom Antônio Carlos.

Em várias regiões do Brasil, os Sem-Terra no limite do descumprimento das normas institucionais que não lhes pertencem, como em Canudos, são massacrados pela elites rurais e governamentais cabendo destaque para as atrocidades acontecidas no Pará e no Paraná.

A corrupção alastra-se no país à medida em que o governo se centraliza e as instituições da justiça se apresentam ineficazes no cumprimento da lei. O poder judiciário conta com a total desconfiância da sociedade e essa opinião se solidifica à medida em que os atos de corrupção praticados por juizes são postos em evidência como o caso do Tribunal do Trabalho de São Paulo e os favorecimentos aos meganarcotraficantes. Uma exceção, todavia, deveremos observar, no âmbito da justiça, quanto à prática dos Procuradores Públicos, que cada vez mais vêm cumprindo com seu dever de denunciar.

Em face disso, o descompromisso do governo com o serviço público pode ser compreendido a partir dos dados governamentais que nos mostram um aumento da receita do governo de 34% de 1995 para cá, em contrapartida de um acréscimo de apenas 0,5% na folha de pagamento da União.

As reiteradas alegações de falta de recursos financeiros para fazer face às despesas com o reajuste dos servidores e demais itens da pauta, na verdade, somente poderão ser entendidas à luz da compreensão do servilismo financeiro internacional como até mesmo reconhece o brigadeiro Carlos de Almeida Batista, Comandante Geral da Aeronáutica, no episódio da demanda de verbas para aquela pasta.

Para termos uma idéia do quadro de evasão financeira do país é suficiente lembrarmos que somente no mês de março passado tivemos um acréscimo, apenas da dívida mobiliária (títulos) da ordem de 8 bilhões de reais, perfazendo assim o total de 467 bilhões de reais.

Neste sentido, a greve é política porquanto nossas reivindicações só poderão ser entendidas com a mudança da postura antiética e antinacional do governo frente aos agentes externos que comprometem a soberania nacional e agredem os princípios essenciais da cidadania.

Conheça os principais pontos da pauta dos SPF's

A Pauta Nacional dos Servidores Públicos Federais foi aprovada em setembro do ano passado, após reunião da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF). O documento contém uma série de reivindicações, entre elas, a defesa do emprego, dos salários, dos direitos de organização sindical, educação pública e gratuita.

Emprego:

Revisão e suspensão das medidas relacionadas à Reforma Administrativa;
Acesso aos cargos do serviço público apenas através de concurso;
Reabertura dos processos de convocação dos aprovados nos concursos já efetuados;
Definição de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores dos diversos segmentos do Serviço Público Federal;
Implantação de políticas que impeçam a discriminação de trabalhadores do serviço público por motivo de raça, gênero, idade, religião, opção sexual, entre outras, no acesso e prática do serviço;
Alocação de verbas para o atendimento qualificado do serviço público;
Reintegração dos demitidos e assegurar a manutenção dos anistiados pela Lei 887/94.

Salários:

Reconhecimento da data base dos Serviços Públicos Federais em 1º de maio;
Reposição imediata de todas as perdas salariais acumuladas desde janeiro/95;
Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividade ao vencimento no seu valor mais alto;
Pagamento Integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais;
Pagamento Imediato e Integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário.

Direitos Sindicais:

Direito à Organização por Local de Trabalho;
Estabelecimento de espaços de negociação sindical permanente nos diversos setores dos Serviços Públicos Federais;
Liberação de dirigentes sindicais com salários pagos pelos empregados;
Garantia, conforme constituição federal, do desconto em folha de mensalidades e outras eventuais taxas aprovadas pela categoria, sem ônus para as entidades sindicais;
Defesa da Seguridade Social:
Defender um orçamento digno para a Seguridade social, proibindo o desvio dessas verbas para outras finalidades;

Criação imediata de uma Comissão Partidária para gerir e fiscalizar os recursos da Seguridade Social, Realizar auditoria independente na Previdência Social assegurando o efetivo controle da sociedade, Suspensão e revisão dos conteúdos em cursos da Reforma da Previdência Social;
Revogação da lei que institui o aumento do desconto para os servidores ativos e cria o desconto para os servidores aposentados;
Manutenção da aposentadoria especial para todos os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde e condição Insalubres.

Manutenção da Previdência Social Estatal:

Garantia do Controle Social nas políticas de Seguridade Social, com a revogação dos artigos da Medida Provisória 1.799/99 que extinguem o Conselho Nacional de Seguridade Social e os Conselhos Estaduais de Previdência Social.

Educação:

Revogação do Decreto Ministerial n.º 2208/97 e da Portaria n.º 646 do MEC;
Manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior Público e Gratuito e Qualidade com o compromisso Social;
Defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal; a instalação da Agenda da Autonomia Universitária com a participação de todas as entidades representativas da comunidade universitária; a aplicação de no mínimo 75% dos recursos destinados à educação para o ensino superior.

Outras reivindicações:

Garantia da dotação orçamentária para o pagamento dos direitos já assegurados tais como: indenização; Auxílio creche, transporte, alimentação e assistência médica;
Fim dos cortes no orçamento do Poder Judiciário e a garantia dos recursos para o pagamento dos benefícios (vale alimentação, transporte, saúde, etc.) e a ampla discussão com a sociedade civil;
Pagamento dos anuênios conforme decisão do STF.

Adesão à Greve cresce em todo o país

Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -Andes-SN, 23 universidades federais de todo o país paralisaram as atividades por tempo indeterminado. Este número pode aumentar nos próximos dias, pois algumas instituições estão com indicativo de greve marcado.

Em Greve

- * Santa Maria
- * Mato-Grosso
- * Goiás
- * Santa Catarina
- * Goiânia (Campus Avançado de Jataí)
- * Pará
- * Rondônia
- * Amapá
- * Roraima
- * Acre
- * São Paulo
- * Espírito Santo
- * Rio de Janeiro (Rural, Fluminense e UFRJ)
- * Bahia
- * Alagoas
- * Sergipe
- * Pernambuco(UFPE)
- * Maranhão
- * Piauí
- * Paraíba (todos os Campi)
- * Amazonas

Com Indicativo

- * Paraná
- * Minas Gerais
- * São João Del Rey
- * São Carlos
- * Brasília
- * Ouro Preto
- * Viçosa

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufpbjp@openline.com.br.
Jornalista Responsável: Andréa Viegas
Estagiário: Edmilson Bandeira.

Informativo do Comando de Greve dos Docentes da UFPB - Campus I - N° 02 - João Pessoa-PB, 14 de junho de 2000

Avaliação de Conjuntura

A greve dos professores das Universidades Federais, em todo o Brasil, vem tendo novas adesões no quadro nacional. Já são 31 AD's em greve e outras apresentam indicativo para os próximos dias. Entre estas, destacam-se a UnB e a Federal de Juiz de Fora. Percebe-se um crescimento lento, porém

significativo. Trata-se da nossa resposta a um plano deliberado e perverso de precarização do ensino público superior, plano em que o governo FHC, seguindo a cartilha do FMI, vem implantando em nosso país. Vários estudiosos do assunto – “o novo perfil da docência”- mostram, em análises primorosas, que o Brasil, mais uma vez, marcha na contra-mão da história. Enquanto

as universidades públicas, no Primeiro Mundo, recuperam seu prestígio e sua hegemonia, que estavam em crise desde os anos 60, a tríade FHC-FMI-G7, numa santa aliança, faz exatamente o oposto. Cada vez mais nossas universidades contratam professores substitutos, celetistas, demissíveis sem justa causa, e já há algumas com professores horistas. Ora, essa deterioração proposital é extremamente nociva e maléfica, porque não há país que cresça sem educação e produção de conhecimento. Portanto, não temos apenas motivos salariais para a greve, mas outros igualmente importantes, como a luta pela preservação e aperfeiçoamento das nossas uni-versidades públicas. A lógica do Banco Mundial é extinguir a universidade pública no Terceiro Mundo, considerada inútil e excrescente. Enquanto isso, há programas “formidáveis” de apoio e fomentação do ensino básico, não que eles estejam interessados na formação pedagógica de nossas crianças, mas por outra razão: o Terceiro Mundo tem que preparar a “peãozada” para continuar servindo aos

interesses dos países ricos. A maior prova disso é que o governo não faz uma única propaganda da universidade na televisão. Todo o discurso é em torno das “nossas crianças”, “diretor, cuide bem do dinheiro do seu colégio”, “as famílias devem fiscalizar”, o que não passa de uma farsa de baixíssima categoria. Assim,

A lógica do Banco Mundial é extinguir a universidade pública no Terceiro Mundo, considerada inútil e excrescente

concluimos que a greve deve continuar, não apenas pela reposição de perdas salariais, mas também por uma questão de dignidade: um confronto radical com os exterminadores do futuro. Essa questão é tão séria que, para implantar, com mão de ferro, seu projeto neoliberal e destruir o Estado já insuficiente que temos, o capital já sonha em reimplantar ditaduras na América Latina. O que vem acontecendo no Peru,

no Chile, na Argentina, no Paraguai, com uma crescente e incontível insatisfação popular nas ruas, demonstra que, aos

olhos do sistema, só um cativo militar poderá silenciar e destroçar as forças mais legítimas da sociedade civil. O governo FHC, com uma sutileza demoníaca, já vem fazendo os piores conchavos com as “forças ocultas” e anunciando que colocará as Forças Armadas nas ruas. Nessa medida, se a universidade, o reduto do conhecimento e da crítica, não der uma resposta e não construir uma força permanente de oposição, poderá cair, em breve,

na cumplicidade com as práticas destrutivas das nossas oligarquias, que ainda vêem o Brasil como uma grande capitania hereditária.

Entretanto, é o momento também de fazer a devida crítica interna. É preciso que o movimento docente (MD) trate mais das questões institucionais e enfrente as

discussões sobre o padrão mercadológico que a cada dia se internaliza na universidade. O mercado não deve servir de padrão estruturante para a universidade, porque isso tira toda a sua autonomia na produção do conhecimento e a transforma numa mera bolsa de valores. É preciso discutir mais a questão da intransigência do governo em relação à abertura de concursos, pois o quadro docente vem aos poucos sendo substituído por professores de contrato precário, sem condições de serem verdadeiros pesquisadores. É preciso assumir a realidade: o governo FHC deseja ardentemente proletarizar o ensino superior, a exemplo do que já foi feito com o ensino médio e de formação básica. É o desmonte da carreira docente que interessa a FHC. Isso já se manifesta em nosso cotidiano e o MD tem que incluir essa ameaça em sua pauta de reflexões, como um dos pontos mais cruciais de sua história. Estamos vivendo um momento histórico de guerra civil dissimulada, de repressão cínica em nome do progresso, de irredutibilidade de

um poder que se autoproclama “o melhor dos mundos possíveis”. Portanto, para além da questão meramente de ganhos salariais, nossa greve precisa ser mais mobilizada, ser construída com mais eficácia, mais adesão dos professores, mais empenho! Estamos montando um calendário de atividades permanentes e esperamos idéias e sugestões dos professores para a realização

de eventos que fortaleçam nosso movimento. É preciso mais envolvimento, mais otimismo prático na luta pelos nossos projetos.

O governo FHC deseja ardentemente proletarizar o ensino superior, a exemplo do que já foi feito com o ensino médio e de formação básica

Comando de Greve
professores da UFPB - Campus I

Quadro de mobilização

O quadro de mobilização continua crescendo. De acordo com dados da Andes - SN, nos últimos dias, passou de 23 para 31 o número AD's em greve por tempo indeterminado.

Em greve:

Santa Maria
Mato-Grosso
Goiás
Santa Catarina
Goiânia (Campus av. de Jataí)
Pará
Rondônia
Amapá
Roraima
Acre
São Paulo
Espírito Santo
Rio de Janeiro (Rural, Fluminense e UFRJ)
Bahia
Alagoas
Sergipe
Pernambuco (UFPE)
Maranhão
Piauí
Paraíba (todos os campi)
Amazonas
Viçosa
São João Del Rey
Mato Grosso (campus de Rondonópolis).

Com Indicativo:

UNB
Juiz de Fora
UFMG
UF São Carlos
Alfemas
Cefet's (RJ e MG)

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufbjp@openline.com.br.
Jornalista Responsável:
Andréa Viegas - DRT: 4626/91
Estagiário: Edmilson Bandeira.

SPF's vão receber salário integral

O governo não poderá descontar os dias em greve dos Servidores Públicos Federais (SPFs). O juiz Antônio Corrêa, da 9ª Vara do Distrito Federal, concedeu liminar garantindo o pagamento integral dos salários. A decisão já foi comunicada ao coordenador de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Carlos de Almeida Capella.

Na avaliação do Comando de Greve Unificado, a vitória na justiça vai fortalecer o movimento grevista. A orientação

do CGU é aumentar a pressão e forçar o governo a abrir negociação com a categoria.

A coordenação nacional dos servidores já encaminhou pedido de audiência ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, que foi protocolado no último dia 9. Os servidores querem discutir com o ministro a proposta de negociação sugerida pelo governo durante a audiência, quinta-feira da semana passada, com os deputados Aloizio Mercadante (PT/SP) e Walter Pinheiro (PT/BA).

CCS intensifica mobilização

Professores do Centro de Ciências da Saúde (CCS) se reuniram, na última segunda-feira, para avaliar o movimento grevista. Dezessete docentes participaram da reunião.

Visando fortalecer a greve, eles definiram os seguintes encaminhamentos: pensar estratégias de mobilização para sensibilizar os docentes; programar fóruns de discussão envolvendo funcionários, alunos e professores e reforçar a necessidade de realização de concurso público para docentes.

Na reunião, ficou definido também que as professoras Lenilde Duarte de Sá e Vera Amaral vão trabalhar em sistema rodízio, durante duas semanas, representando o CCS no comando de greve. Os docentes do Centro voltarão a se reunir na próxima segunda-feira, 19 de junho, às 9h00, no hall do CCS, em frente a cantina.

Foi debatido também na última reunião, a participação do CCS no Conselho Municipal de Saúde. Os docentes sugeriram que o professor Climério Avelino de Figueiredo e o economista Murilo Vanzerle, funcionário técnico administrativo do Nesc, representassem o Centro de Ciências da Saúde no Conselho.

Um estudo feito pelos economistas do Banco Mundial, David Dollar e Aart Kraay, defende que práticas como ajuste fiscal, abertura de mercado, redução da inflação e leis de propriedade privada são mais eficazes no combate à pobreza que gastos sociais, investimentos em educação e democracia.

O que é bom para o crescimento e redução da pobreza:

Ajuste fiscal
Garantia da propriedade privada
Redução da inflação
Abertura comercial
Liberalização dos fluxos de capitais

O que não influi no crescimento e no combate à pobreza:

Democracia
Gastos com a Educação
Gastos Sociais

Fontes: Folha de São Paulo
de 5 de junho de 2000

informativo do Comando de Greve dos Docentes da UFPB - Campus I - Nº 03 - João Pessoa-PB, 16 de junho de 2000

Greve entra na terceira semana

Na próxima Assembléia Geral, marcada para o dia 20, terça-feira, haverá uma programação diferente: o dia Nacional de Coleta de Sangue.

A atividade faz parte do calendário de mobilização do Comando Nacional de Greve e visa chamar atenção da sociedade para a falta de compromisso do governo FHC com o serviço a educação. A campanha estará ocorrendo em todo o país. A realização desta atividade, no campus I da UFPB foi aprovada

durante a assembléia realizada na última quarta-feira.

Participaram da assembléia 178 professores e a grande maioria decidiu pela continuidade do movimento grevista.

A próxima Assembléia Geral será realizada no auditório da Reitoria, a partir das 9h00.

Um dos principais pontos de pauta será uma nova avaliação do movimento, que entra no décimo sétimo dia, hoje, 16 de junho, e deliberar novos encaminhamentos.

Reuniões de Centros

De acordo com calendário de atividades elaborado pelo Comando de Greve dos Docentes do Campus I, serão realizadas, na próxima segunda-feira, dia 19, às 9h00, novas reuniões de Centros.

O objetivo desses encontros é avaliar a adesão ao movimento grevista e tirar encaminhamentos e propostas para serem apresentados durante a Assembléia Geral.

As reuniões vem ocorrendo desde o início da greve e têm por finalidade intensificar a mobilização.

Semana de atividades do Comando Local de Greve

O Comando de Greve participou, representado pelos professores Rubens Freire e Paulo César, de um debate, durante o 16º Encontro do Fórum de Pró-reitores de Extensão e 1º Encontro de Extensão, realizado no Hotel Caiçara, em João Pessoa.

MANIFESTAÇÃO

Os Servidores Públicos Federais - SPF's realizaram, ontem, ato público, em frente ao prédio do INSS, no centro de João Pessoa. A atividade fez parte do Dia Nacional de Luta. O protesto contou com a participação de representantes de sindicatos de SPF's em greve no Estado. O comando de greve dos Professores do Campus I da UFPB também participou no protesto.

Segundo o último boletim do Comando Nacional de Greve, até ontem, 15, o quadro de mobilização permanece inalterado.

Em Greve

Santa Maria
Mato-Grosso
Goiás
Santa Catarina
Goiânia (Campus avanc. de Jataí)
Pará
Rondônia
Amapá
Roraima
Acre
São Paulo
Espírito Santo
Rio de Janeiro (Rural, Fluminense e UFRJ)
Bahia
Alagoas
Sergipe
Pernambuco (UFPE)
Maranhão
Piauí
Paraíba (todos os campi)
Amazonas
Viçosa
São João Del Rey
Mato Grosso (campus de Rondonópolis).

Com indicativo

UNB
Juiz de Fora
UFMG
UF São Carlos
Alfemas
Cefet's (RJ e MG)

Assembléia Geral

Dia 20, terça-feira
Aud. da Reitoria

Razão e emoção

* Giuseppe Tosi

As assembleias dos docentes da UFPB têm se caracterizado por serem o lugar do apelo à emoção mais do que à razão, onde – como sempre, desde os tempos da *agorá* grega – a retórica prevalece sobre a filosofia e as palavras de ordem se sobrepõem às ponderações, quando não acontece que receba o aplauso da platéia simplesmente quem grita mais forte.

Não tendo nenhuma aptidão para ser tribuno do povo, apresentei, na assembleia, minhas razões por escrito, mas tive a sensação de que o momento não era propício para que elas fossem discutidas. Por este motivo, permito-me enviar para o boletim da nossa entidade sindical o texto da minha intervenção, acrescentando algumas frases que não puderam ser lidas pela brevidade do tempo à disposição.

Minha intenção é simplesmente abrir um debate menos acalorado e emocional, onde se possa discutir e dissentir sem medo de ser vaiado. Sei que o momento é muito delicado e difícil e tenho a impressão de que poucas pessoas estejam hoje pensando com profundidade a nossa universidade. Seria de bom auspício que tanto a administração quando o sindicato se dispusessem a criar um fórum permanente de debate e de estudo sobre a situação que nós atravessamos e os rumos a serem tomados. Esta minha intervenção quer ser uma contribuição neste sentido.

ASPECTOS POLÍTICOS E REIVINDICATIVOS: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA

Acredito que a nossa mobilização atual tem dois aspectos relacionados mas que deveriam ser distintos: um é o aspecto mais "político" o outro o mais "reivindicativo". Até o momento, nas intervenções que ouvi, os dois lados não foram claramente distintos, o que ocasionou uma certa confusão na definição dos nossos objetivos e das nossas estratégias de luta.

O aspecto político de nossas reivindicações diz respeito à participação de nossa categoria no repúdio à política econômica deste governo que prejudica o conjunto dos

trabalhadores: joga mais gente para o desemprego, aumenta as desigualdades sociais e provoca uma sangria enorme de recursos para o exterior.

Para responder a esta política é preciso que o nosso sindicato se mobilize junto a outras categorias de trabalhadores (dos sem-terra aos desempregados, dos funcionários públicos aos operários) para realizar mobilizações de protesto generalizadas e conduzidas pelas centrais sindicais em direção a uma greve geral (como o "paro general" dos nossos vizinhos argentinos).

Não estou vendo iniciativas neste sentido, nem por parte do sindicato nem por parte da central sindical à qual estamos filiados: trata-se de sair à rua, de unir funcionários e estudantes, de realizar atividades conjuntas, atos públicos, passeatas, seminários, pressão junto aos políticos, lobby junto aos meios de comunicação, em nome de uma ampla pauta coletiva.

Outra coisa, relacionada mas não idêntica, são as nossas reivindicações específicas relativas sobretudo, aos ganhos salariais, às melhores condições de trabalho e à defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Acredito que, neste momento, o eixo das nossas reivindicações frente ao governo não deveria ser a questão salarial, mas a questão da qualidade do ensino e, portanto das verbas para a universidade e o ensino público em geral.

Sou da opinião que esta bandeira de luta encontraria um maior consenso na opinião pública (que não vai entender como pessoas que ganham de 10 a 20 vezes mais do que o 90% da população entrem em greve para melhores salários), ganhando consenso também entre os estudantes que, nestes dias de mobilização (na minha opinião equivocada nos métodos mas não no mérito) disseram em alto e bom som (e com uma certa razão) que as greves dos professores não são em defesa da melhoria da qualidade de ensino, mas unicamente das melhorias dos seus salários. Este posicionamento também poderia encontrar uma diversa receptividade por parte do governo que considera ter dado um aumento aos professores com a GED e com o 30%

(afinal das contas não podemos fazer de conta que não houve incremento salarial, diferentemente dos servidores que estão há mais de 5 anos sem aumento).

Acredito, finalmente, que para abrir estas negociações não seria preciso iniciar, neste momento, uma greve por tempo indeterminado, de longa duração e muito desgastante. Greve dos professores universitários não demonstra a força mas a fraqueza da nossa categoria: mostra o desprestígio que a categoria tem na sociedade, antes do que no próprio governo.

Por isso precisamos encontrar reivindicações e formas de luta que nos aproximem mais dos estudantes e da sociedade e centrá-las sobre a exigência de mais verbas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Isto comportaria, inclusive, num aumento indireto de salário na medida em que poderia redundar em mais livros, mais laboratórios, mais recursos para a publicação e produção de textos, mais verbas para a extensão, mais equipamentos e instalações tanto para os professores, quanto para os estudantes e funcionários.

Desta maneira, acredito que as nossas razões teriam mais força, o que não garante que serão vencedoras: poderão sucumbir ao argumento da força, mas não à força do argumento. O que faz – o deveria fazer – diferença para nós.

**Não à greve por tempo indeterminado!
Sim a um calendário de Mobilizações dentro e fora da universidade junto com as outras associações, sindicatos de trabalhadores.

**A greve não mobiliza, a greve paralisa!*

30 de maio de 2000

(*) Prof. do Depart. de Filosofia

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I – João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufpbjp@openilne.com.br. Jornalista Responsável: Andréa Viegas - DRT: 4626/91. Estagiário: Edmilson Bandeira.

COMUNICADO Nº. 08

Contém:

I - RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO CNG DE 12 e 13 DE JUNHO

1. Encaminhamentos da Plenária dos SPFs de 11 de junho
2. Encaminhamento da reunião do CNUG de 12 de junho
3. Síntese das informações da CNTSS/CUT a ANDES-SN sobre o despacho da Justiça Federal concedendo liminar de suspensão de desconto dos dias parados nos vencimentos ou proventos dos Servidores em Greve
4. Informes de ADs

Presentes na Reunião: dia 12.06.00

Diretoria: Jaime e Walquíria; Delegados: Socorro Aguiar (ADUFPA), Luís Acosta (ADUFRJ), Luciano Mendonça (ADUPb-CG), Maria Inês (APUB), Nylson (ADEPM), Antônio de Pádua (ADUFPI), Orlandine (ADUFAC), Cláudia Durans (APRUMA), Gardênia (ADUFAL), Isaac (ADUA), Edson Pereira (ADUFES), Erica (ADUFPb-JP), Antônio Carlos (ADUFMAT), Joaquim (ADUFEPE), Sônia (ADUFF) e Carlos Alberto (APUFSC). Observadores: João Carlos (ADUFPA), Eunice (APES-JF), Cleusa dos Santos (ADUFRJ), Romildo Santos Silva (APRUMA) e Fábio (APUFSC); Presentes na Reunião: dia 13.06.00: Diretoria: Jaime e Walquíria; Delegados: Romildo Santos Silva (APRUMA), João Carlos (ADUFPA), Cleusa dos Santos (ADUFRJ), Keyla Queirós (ADUPb-CG), Maria Inês (APUB), Rose (ADEPM), Antônio de Pádua (ADUFPI), Orlandine (ADUFAC), Gardênia (ADUFAL), Isaac (ADUA), Edson Pereira (ADUFES), Erica (ADUFPb-JP), Antônio Carlos (ADUFMAT), José Cláudio (ADR-RJ), Joaquim (ADUFEPE), Sônia (ADUFF) e Carlos Alberto (APUFSC). Observadores: João Carlos (ADUFPA), Miguel (ADUR-RJ), Eunice (APES-JF), Cleusa dos Santos (ADUFRJ) e Fábio (APUFSC)

1. Avaliação e encaminhamentos da Plenária dos SPFs de 11 de junho

Encaminhamentos da Plenária

1. Rejeição à proposta do governo apresentada pelo Ministro Martus Tavares
2. Manutenção da Greve Unificada por tempo indeterminado
3. Indicação do dia 15/06 como Dia Nacional de Luta, com atos públicos nos estados, tendo como eixo a abertura de negociações já.
4. Quanto às negociações, a plenária decidiu que o CNUG deflagrará uma avaliação aprofundada, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do quantitativo, sobre a real situação do movimento, a fim de indicar qual a melhor forma de implementarmos a negociação. Tal esforço avaliativo e deliberativo poderá, inclusive, demandar reunião de CNUG ampliado.
5. Realização de um Ato Unificado nacional, com local e data a serem estabelecidos pelo CNUG, levando-se em conta que a Plenária indicou que o evento ocorresse em São Paulo.

2. Avaliação e encaminhamentos da reunião do CNUG de 12 de junho

Por não haver acordo entre as entidades acerca das táticas para negociação com o governo, a Plenária dos SPFs realizada no dia 11/06, delegou ao CNUG/SPFs a responsabilidade pela construção de um acordo. Na impossibilidade de construí-lo, deve o CNUG convocar um Comando Unificado Ampliado de Greve (composto por todos os membros dos comandos nacionais das entidades em greve) para tomar a decisão. Na reunião do CNUG de 12/06, foi feita uma avaliação quantitativa e qualitativa da greve unificada dos servidores, tendo-se constatado que está havendo um crescimento na base do ANDES e da UNAFISCO e um certo refluxo na base da CONDSEF e da FENASPS. Ainda, do ponto de vista da avaliação política, ressaltaram-se a necessidade do fortalecimento da greve, para forçar a abertura de negociações e a importância de atos fortes em 15/06, nos Estados, como elemento de mobilização e visibilidade do movimento.

Quando dos encaminhamentos, a discussão das táticas para um horizonte próximo levou a um impasse no que diz respeito à seguinte polêmica: não há acordo quanto à forma de

abertura de negociação unificada CNUG X MP na perspectiva da pauta unificada, porém há consenso entre todas as entidades de que a negociação deve ser coordenada pelo CNUG. Na tentativa de assegurar a unidade do movimento, foi elaborada ("copiada de 94") a proposta abaixo para que as entidades (Comandos Nacionais) a estudassem e dessem retorno até quinta-feira, dia 15/06, às 10 horas (próxima reunião do CNUG/SPFs).

Proposta apresentada na reunião do CNUG de 12 de junho para análise enquanto alternativa de processo de negociação entre o Comando e o Governo, se aprovada pelo CNUG, deverá ser utilizada como última alternativa de negociação. Até lá, devemos manter a posição de negociação unificada entre o CNUG e MP.

1. O CNUG, atendendo a decisão sem voto contrário da Plenária Nacional realizada no último dia 11 de junho, rejeita a proposta apresentada pelo Ministro Martus Tavares, de negociação por carreira. Esta proposta não nos contempla por, entre outros motivos, deixar sem nenhum canal de negociação 63,63% da categoria, incluindo os servidores do PCC (829.475 servidores), além dos servidores do PUCRCE (154.485 servidores) que não tiveram qualquer tipo de gratificação, incluindo aposentados e pensionistas, num total de 983.960 servidores.
2. Pode o CNUG discutir a possibilidade de negociação por órgão ou por ministério, sendo, inicialmente:
 - 2.1. Abertura de ponto de negociação para todos os setores do funcionalismo, sem exceção, envolvidos no processo de greve coordenados pelo Comando Nacional Unificados de Greve dos SPFs. Que, para o caso dos servidores não contemplados em nenhuma carreira em vigor seja aberto um canal específico, via MEC para os servidores do PUCRCE, via MP, para os servidores do PCC, entre outros.
 - 2.2. Definição de calendário e prazo para as negociações em todos os setores.
 - 2.3. Definição de critérios para as negociações setoriais, tendo claros a autonomia e os limites de cada mesa em todos os órgãos e ministérios envolvidos, além de outros itens.
3. O monitoramento das negociações deve ser feito através de mesa de apoio técnico composta por representantes do MP e do CNUG/CNESF. Esta mesa subsidiará as avaliações e decisões do CNUG durante a paralisação e da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais após o retorno da greve, que definirá as ações dos representantes dos servidores em todas as mesas de negociação.

Parecer do CNG sobre a proposta apresentada no CNUG

O CNG/Andes entendeu que não bastaria apenas enviar o documento apresentado pelo CNUG para as Assembléias Gerais. Deste modo, passamos agora a apresentar nosso parecer circunstanciado, objetivando subsidiar as análises da proposição.

Acrescentamos que, considerando a autonomia concedida pela Plenária dos SPFs ao CNUG, dever-se-á tomar posição na reunião do CNUG Ampliado na data que consta do documento (15/06/2000). Para que tenhamos o posicionamento do ANDES-SN, necessitamos que os Comandos ou AGs nos enviem até quarta-feira às 18h as posições definidas.

1. Há acordo no CNG/Andes quanto à pertinência da justificativa para a rejeição da proposta apresentada pelo Ministro. Acrescentamos à análise o entendimento de que a proposta do governo objetiva o enfraquecimento da luta e a fragmentação da unidade que vem sendo construída pelo movimento.
2. A nossa leitura quanto ao item 2 é de que o texto aponta para a negociação específica por setor coordenada pelo CNUG.
3. Entendemos que a negociação deve ser realizada em greve sob a coordenação do CNUG

Destacamos que o CNG, na sua reunião ampliada preparatória para a plenária dos SPF's, do dia 10-06, posicionou-se contrariamente à negociação específica, sendo, em contrapartida, favorável à negociação unificada por pauta unificada.

Solicitamos que a discussão desse documento seja feita nas Assembléias e/ou Comandos Locais de Greve para subsidiar as discussões do CNG-ANDES no CNUG.2. Avaliação e encaminhamentos da reunião do CNUG de 12 de junho

Atenção: Segue ainda amanhã o Comunicado no.9 contendo avaliação da Plenária dos SPFs e da conjuntura da greve.

3. Síntese das informações da CNTSS/CUT a ANDES-SN sobre o despacho da Justiça Federal concedendo liminar de suspensão de desconto dos dias parados nos vencimentos ou proventos dos Servidores em Greve.

1. A Justiça Federal (9ª Vara, Brasília, Juiz Antônio Corrêa) concedeu liminar ao Mandado de segurança impetrado pela CNTSS/CUT e os Sindicatos SINDPREV/PE, SINDPREV/RN, SINDPREV/AL, SINDPREV/Pb.
2. A decisão, ainda que provisória, ampara todos os servidores dos sindicatos da CNTSS/CUT em greve e por extensão a todos os servidores federais. Isto porque a determinação foi contra o ato do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Carlos de Almeida Capella
3. É certo que o governo recorrerá contra a liminar concedida aos Servidores. Assim, torna-se imprescindível que nos antecipemos em algumas questões para que não percamos tempo nessa luta contra o autoritarismo do governo FHC.
4. Por isso orientamos a todos os sindicatos que remetam com urgência, via sedex, a relação de todos os servidores da base da categoria (filiados ou não) para o endereço da CNTSS/CUT — Escritório Brasília: SCS, Quadra 2, Bloco C-Ed. Wady Cecílio II, 4 3º andar — Brasília, DF — CEP 70300.500

Em, 12 de junho 2000.

Assinam: João Militão e Wladimir Nepomuceno

5. Informes de ADs

(Complementação do quadro de adesão publicado no Comunicado no. 7)

Seção Sindical	Índice de adesão	Observações
ADUFMAT	90%	Comando unificado; diversas atividades de mobilização
ADUR-RJ	90% das atividades de aula	
ADUFPI	60%	Comando Unificado; estudantes em greve; diversas atividades de mobilização

O CNG/Andes e o CNUG realizaram no dia 13/06 manifestação por negociação já na Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, com a presença do Ministro do Planejamento Martus Tavares. Maiores detalhes no próximo Comunicado.

Todos os comunicados e o quadro atualizado das AD's são disponibilizados diariamente na Home Page da ANDES-SN: <http://www.andes.org.br>, no link: Comando Nacional de Greve.

ATENÇÃO:
ADs EM GREVE DEVEM ENVIAR O QUANTO ANTES DELEGADOS AO CNG.

COMUNICADO Nº. 09

Contém:

5. Análise de Conjuntura

Presentes na Reunião: dia 14.06.00

Diretoria: Jaime Mendonça e Valquíria; **Delegados:** João Carlos (ADUFPA), Cleusa dos Santos (ADUFRJ), Romildo Santos Silva (APRUMA), Maria Inês (APUB), Nylson (ADEPM), Antônio de Pádua (ADUFPI), Orlandine R. Santiago (ADUFAC), Gardênia M. T. da Silva (ADUFAL), Isaac Warden Lewis (ADUA), Edson P. Cardoso (ADUFES), Erica S. B. Dantas (ADUFPb-JP), Antônio Carlos (ADUFMAT), Joaquim de Sousa Neto (ADUFEPE), Sônia (ADUFF), Roselaine Kuhn (ADUFS), Ranah Manezenco (ASPUV), Sonia Lúcia (ADUFF), José Cláudio S. Alves (ADUR-RJ), Fábio Lopes (APUFSC). **Observadores:** Miguel Angelo da Silva (ADUR-RJ) e Eunice M. G. Morando (APES), Francisco Arruda (ADUFEPE). **Presentes na Reunião: dia 14.06.00; Diretoria:** Jaime e Valquíria; **Delegados:** Romildo Santos Silva (APRUMA), João Carlos (ADUFPA), Cleusa dos Santos (ADUFRJ), Maria Inês (APUB), Rosemarie Andrezza (ADEPM), Antônio de Pádua (ADUFPI), Orlandine R. Santiago (ADUFAC), Gardênia (ADUFAL), Isaac Lewis (ADUA), Erica (ADUFPb-JP), Antônio Carlos (ADUFMAT), José Cláudio (ADUR-RJ), Joaquim de Sousa Neto (ADUFEPE), Sônia Lúcia (ADUFF), Fábio Lopes (APUFSC), Roselaine Kuhn (ADUFS), Ranah Manezenco (ASPUV) Edson P. Cardoso (ADUFES). **Observadores:** Miguel Angelo da Silva (ADUR-RJ), Eunice M. G. Morando (APESJF), Francisco Arruda (ADUFEPE), Luís Acosta (ADUFRJ) e George Najjar (ADUFF).

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA

As políticas de ajustes estruturais elaboradas a partir do Consenso de Washington (na década de 1980) e sob orientação do Grupo dos 7 países mais ricos do Ocidente, impõem às nações devedoras a implantação de medidas macroeconômicas que têm como principais objetivos a estabilização das moedas nacionais, as privatizações e a viabilização do pagamento dos encargos de suas dívidas. Essas políticas levam tais economias a uma posição subalterna, nas relações internacionais, através de acordos e tratados multilaterais, de perfis autoritários ditados por agentes financeiros internacionais como FMI, Banco Mundial, OMC entre outros.

As imposições para implantação das políticas econômicas são claramente e prontamente adotadas por governos alinhados com a burguesia financeira internacional à revelia das necessidades e reivindicações da classe trabalhadora inseridas ou não no mercado de trabalho. As consequências desse processo traduzem-se na "questão social" expressas, entre outras, pela elevação do desemprego, aumento da violência urbana e rural, concentração de renda, e informalização e precarização das condições de trabalho

As medidas são adotadas através da implantação de planos econômicos que apresentam as mesmas diretrizes e recomendações independentemente dos problemas e das características internas de cada país. As características destes planos, dentre outras, são: aumentar a carga tributária, cortar e/ou diminuir as responsabilidades do Estado, privatizar empresas públicas, desregularizar as relações de trabalho, cortar o orçamento orçamentos públicos elevar a taxa de juros e as reservas internacionais para viabilizar o pagamento da dívida externa. As mesmas são mais conhecidas como políticas neoliberais.

Violentemente tais mecanismos vêm sendo implementados, nos últimos anos, nos países latino americanos. No caso do Brasil, foi a partir do primeiro mandato do governo FHC que o modelo neoliberal se intensificou. Estamos chegando ao sexto ano de um governo que anuncia no exterior "crescimento contínuo do PIB a uma taxa de 5% ao ano" e um aumento da receita nunca antes visto. Entretanto, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, constata-se que o Brasil encontra-se no 79º lugar no ranking da nações e em 147º lugar, considerando o índice *Gini*, que mede a concentração de renda e a qualidade de vida de um povo. Menos de 10% dos jovens brasileiros tem acesso à universidade e destes menos de 30% às universidades públicas.

Na agenda do Ministério do Planejamento a prioridade é o pagamento dos encargos das dívidas em detrimento dos investimentos nas políticas sociais (em pronunciamento, na Comissão Mista do Orçamento da Câmara dos Deputados no dia 13/06/00, o Ministro Martus Tavares reafirmou que: "os cortes no orçamento da União se devem ao plano de estabilização econômica").

O discurso oficial sustenta-se na tese de que os cortes são necessários porque o país não dispõe de recursos financeiros suficientes para implementar tais gastos. Entretanto, o Banco Central admite ter pago no período de 1995-1998, aproximadamente a quantia de US\$ 126 bilhões com os juros e amortizações da dívida externa. Mesmo assim, a dívida externa brasileira aumentou de US\$ 148 bilhões para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Colocar fontes

Com o que foi gasto com a dívida externa, neste mesmo período, o Brasil poderia duplicar seus gastos em educação e ainda sobraria dinheiro para construir 6 milhões de escolas. Teria sido possível ainda, aumentar o gasto per capita/ano do país em saúde, de US\$ 280 para US\$ 479. No que concerne a política de geração de emprego e renda, com o dinheiro enviado para os credores externos no período 1995-1998, seria possível criar 10 milhões e 500 mil empregos, reduzindo significativamente o nível de desemprego. Enfim, com o dinheiro que foi gasto com o pagamento da dívida neste mesmo período, o Brasil poderia ter investido R\$ 58 bilhões ao ano para erradicar a pobreza (bem mais do que o proposto pela reação conservadora ao aumento da pobreza de 6 a 8 bilhões de reais no período de 2000 a 2010, dinheiro esse que seria investido, meramente, em propostas de cunho assistencialista). Colocar fontes

Da Rússia à Argentina, as populações sacrificadas reagem às políticas que visam manter a drenagem de recursos dos países devedores para os credores cujas consequências sociais refletem-se na destruição dos serviços públicos e na redução dos direitos sociais.

A reação observada nos países devedores contra as políticas neoliberais já atinge até os países centrais; a exemplo do que ocorreu nas cidades de Seattle e Washington. A esta reação têm se contraposto aparatos e mecanismos repressores oficiais de violência crescente. Neste cenário de crise social e política esgarça-se o tecido social e ressurgem práticas e movimentos neofascistas, neonazistas, separatistas, fundamentalistas etc, o que exige do pensamento crítico ações imediatas de combate à barbarie.

Na América Latina, a reação do movimento de massa contra as políticas neoliberais são evidentes: processo insurrecional no Equador, greves gerais na Venezuela, Uruguai, Argentina e Bolívia, mobilizações no Chile e no Peru são elementos que ilustram a gravidade da situação sócio-econômica na região.

No caso do Brasil, a partir da crise do Plano Real, começou a haver uma mudança na correlação de forças. A submissão ao FMI aumentou e há uma reação dos trabalhadores nas mais diversas categorias, algumas com pouca experiência na luta de classes, como no caso dos caminhoneiros que obtiveram do governo mudanças nos critérios de aplicação das multas. As marchas dos Sem Terra, dos "100 mil" e do Projeto Popular para o Brasil foram momentos de inflexão na correlação de forças, unificando importantes setores do movimento.

Se, por um lado, o quadro acima descrito reflete uma decadência dos serviços públicos, por outro, a falta de reajuste dos SPF's por mais de 5 anos tem fortalecido o movimento em defesa dos serviços públicos, no qual se insere a luta por uma política salarial digna como parte constitutiva. Neste contexto foi deflagrada a greve unificada dos SPF's.

Entramos na quinta semana de greve e, durante este período, predominou a intransigência do Governo em desconsiderar as potencialidades de organização e mobilização do movimento. Num primeiro momento, o mesmo reeditou o PDV, reafirmou não negociar e ameaçou com o corte de ponto. Com o reconhecimento do crescimento da greve - expresso nas adesões de diferentes setores do funcionalismo público - e da pressão no Parlamento obteve-se, num segundo momento, uma audiência dos deputados Aloísio Mercadante e Walter Pinheiro com o ministro Martus Tavares. No decorrer desse processo Nesta reunião o governo acenou para os SPF's com a possibilidade de abrir negociação desde que esta se realizasse por carreira, não tendo, contudo, se comprometido com o atendimento de qualquer reivindicação, uma vez que, a pauta unificada de reposição salarial de 63,68%, foi recusada. Ao não apontar para o início das negociações, assim como, para a forma como a mesma se realizaria o CNUG entendeu que isto não caracterizava a abertura de negociações e remeteu a questão para discussão na plenária dos SPF's realizada em 11/06/00.

Ao longo deste processo de discussão, o Governo decidiu cortar o ponto dos servidores em greve, mostrando seu lado mais autoritário. A conquista na justiça da liminar do juiz da 9ª Vara da Justiça do D.F, de 10/6/2000, desautorizou o Governo a dar prosseguimento a tal medida, significando tanto uma

vitória do movimento, quanto uma tensão no Governo, devido à possibilidade de criação de jurisprudência quanto a esta matéria.

A Plenária dos SPFs demonstrou clareza de sua responsabilidade política. De um lado, deu uma resposta à proposta do governo: rejeitou cada um dos itens apresentados pelo Ministro Martus Tavares na Audiência que foi concedida aos deputados Aloísio Mercadante e Walter Pinheiro. De outro lado, decidiu firmemente pela manutenção e ampliação da greve unificada por tempo indeterminado. Quanto às deliberações subseqüentes, prevaleceu a necessidade de uma avaliação do estado atual e das possibilidades do movimento.

Assim, a plenária considerou que o governo não abriu negociações, mas o fato é que a disputa está em curso. Cabe, pois, ao movimento decidir-se quanto à estratégia para materializar a negociação. Entretanto, embora considerando que esta decisão deva vir em um prazo mais ou menos curto, a Plenária optou por encaminhá-la ao CNUG, dado que as divergências quanto a este ponto não deveriam ser resolvidas naquele fórum, sem uma análise mais detalhada da força do movimento, da força do governo e da conjuntura nacional e internacional. Ficou claro que o rumo da greve e a estratégia geral de ação dependem sobretudo da avaliação política do momento, e não de demandas setoriais. De resto, ao remeter ao Comando Unificado (e, se necessário, ao CNUG ampliado) a responsabilidade sobre a deflagração deste esforço avaliativo e deliberativo, a Plenária demonstra confiança em uma instância que assegura a unidade do movimento.

Esta unidade não pode ser só uma palavra de ordem. Para manter-se e ampliar-se, ela tem que ser fortalecida. A greve dos servidores públicos federais tem demonstrado isso e a Plenária, com seus debates e decisões, certamente deu mostras de que temos disposição e responsabilidade para levar adiante esta tarefa. Houve entre os presentes quem argumentasse que a negociação CNUG X MP deve ser realizada na perspectiva da pauta unificada. Enquanto outras entidades avaliam que a negociação pode ser realizada por pauta específica, porém sob a coordenação do CNUG.

Os desdobramentos da Plenária dos SPFs assim como a discussão sobre as táticas de negociações foram tratados no item 2 do comunicado 8 do CNG-ANDES-SN e remetidos no dia 14/06/00 para as sessões sindicais e/ou comandos locais se manifestarem.

Neste contexto, o CNG-ANDES-SN avaliou que há ritmos desiguais no seio do movimento demonstrado pelo crescimento da greve em alguns setores e um refluxo em outros. De modo geral, a possibilidade de crescimento apresenta-se nos setores que se incorporaram há menos tempo ao movimento e o descenso naqueles que estão em greve desde o dia 10/05 e que sofreram retaliações por parte do governo. Porém, as vitórias parciais já conseguidas, dentre elas: a liminar contra o corte de pontos e a audiência prevista com o Ministro Martus Tavares para 15/06 podem vir a possibilitar a modificação deste quadro. É significativo que o INCRA da Bahia, Sergipe e Pará, que havia saído da greve unificada, tenha retomado ao movimento grevista.

Além disso, o desgaste do governo, acrescido das mobilizações de categorias de trabalhadores dos vários Estados, as ocupações de terra e mobilizações de ruas do MST, a crise política em alguns setores do Governo com perdas de votações no Congresso, o apoio dado pela população à greve, apontam para uma tendência de fortalecimento da mesma. Contudo, há que se ressaltar que a possibilidade de vitória desse movimento não está dada, visto estar subordinada à unidade, intensificação e sobretudo à sua ampliação, elementos fundamentais para se reverter a correlação de forças existentes, considerando a impossibilidade de se realizar greve setoriais por pautas específicas.

NEGOCIAÇÃO JÁ; EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Solicitação: O CNG/ANDES solicita que as Ads enviem seus e-mail's, com informes atualizados e encaminhamentos ao endereço eletrônico: cnm@andes.org.br

Todos os comunicados e o quadro atualizado das AD's são disponibilizados diariamente na Home Page da ANDES-SN: <http://www.andes.org.br>, no link: Comando Nacional de Greve.

ATENÇÃO:
**ADs EM GREVE DEVEM ENVIAR O QUANTO ANTES DELEGADOS
E OBSERVADORES AO CNG.**

Análise de Conjuntura:

Greve, com razão... e emoção

Não estamos em Greve apenas por salários. Também estamos por isso, é claro. Mas, quem atentou para a pauta de nossas reivindicações, publicada no 1º boletim da Greve, verificou que não só temos a reivindicar daqui para frente como temos para trás um enorme passivo de espoliações salariais, previdenciárias, jurídicas, etc., que o Governo vem praticando contra a classe trabalhadora do país. Daí que o reivindicativo é político e vice-versa e a luta geral é específica e vice-versa, e não há como separá-los. Em opinião manifestada no último boletim de Greve (nº 3 - "Razão e Emoção"), parece que apenas o repúdio à política econômica do Governo é político, como se nossas reivindicações específicas não o fossem, como a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, de melhores condições de trabalho e de melhores salários fossem apenas específicas.

A sobrevivência da Universidade Pública está claramente ameaçada. Mesmo que o seu nome permaneça - e nem isso permanecerá, pois é explícita no discurso do Governo a sua intencionalidade de nos transformar em Organização Social, um glamuroso eufemismo - a Universidade Pública está ameaçada.

No que tange a condições conjunturais para um descontentamento com e um repúdio à política governamental, temos todas. Não se precisa gastar muita tinta para apontar a absoluta falta de compromisso do Governo FHC, e suas ramificações nas mais diversas instâncias administrativas, para com as políticas públicas. É por demais evidente o fato de estarmos vivenciando um dos mais sofisticados processos de conspurcação de Cidadania já acontecidos na História do Brasil, em seus 500 anos, durante os quais a Cidadania nunca deixou de ser seletiva e excludente. Trata-se de uma engenharia econômico-

financeira, sócio-política e cultural de desestruturação de certas categorias de trabalhadores que não mais interessam ao padrão atual de acumulação de capital, principalmente aquelas mais combativas; e de estruturação de outras categorias "mais adequadas" ao padrão. No caso dos servidores públicos, o Governo pretende constituir um corpo de servidores "adaptados" ao sistema, de preferência, com a flexibilidade para curvar a espinha.

Longe do que costumamos vislumbrar, o sistema nos reserva um papel nesse processo. Como trabalhadores intelectuais, assim como os professores de outros níveis de formação educacional, a nós "competirá", na intencionalidade política sistêmica, "preparar" os demais trabalhadores e indivíduos para serem ajustados ao padrão flexível.

Por isso, a Universidade não desaparecerá. Mas o seu teor de Pública mudará. Aliás, deixará de sê-lo. Pode ser Pública - no sentido de atender aos interesses da maioria da população - uma Universidade orientada apenas por critérios mercadológicos?

Registre-se o que diz a Nota do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), em adesão à Greve: "Sob a capa da racionalização e da prestação de contas para a sociedade, essa política governamental vem destruindo as bases coletivas e institucionais da ciência brasileira".

Não somos nós que estamos dizendo. É o Governo, que joga com um discurso muito sedutor: a (efetiva) má qualidade dos serviços públicos, incutindo, na opinião pública, de forma insidiosa - e prestando um desserviço à Cultura Política do país, já tão tortuosa - um discurso de que o que é público é ruim e fazendo dos servidores públicos o bode

expiatório responsável por essa má qualidade, mascarando, portanto, a falta de condições de trabalho (não só salariais) de tais serviços, que as próprias políticas governamentais aviltam.

Por isso, soa estranho o discurso, registrado na última Assembléia da Greve, de que não há um projeto deliberado do Governo para acabar com a Universidade Pública. Há um projeto deliberado sim, travestido com o "canto de sereia" de uma das bandeiras de luta do Movimento Docente: a Autonomia., assim como outras bandeiras de luta dos trabalhadores, de que nossas elites têm se apropriado para imprimir-lhes um conteúdo bastante diverso do que os trabalhadores reivindicam.

Em nosso caso, nossa categoria vem sendo sistematicamente remodelada por "cunhas" que estão transformando o seu perfil e, tendencialmente, implicam no seu congelamento/extinção e na sua substituição por outra "Carreira" Docente, que não será Carreira porque generaliza as relações de precariedade e joga os trabalhadores em uma total instabilidade e à mercê de arbitrariedades, principalmente em um cenário de cultura política brasileira autoritária, clientelista e cooptativa. É esta a leitura subjacente ao projeto governamental, já anunciado na mídia, de realização de concursos para as Universidades, sob outras formas de relações de trabalho em que os trabalhadores poderão ser demissíveis ad nutum, sem justa causa. Como já se percebeu, a institucionalização do Professor Substituto, ou algo refinadamente pior. As decorrências disso são imagináveis: professor horista não pesquisa, não faz extensão, prepara aula em série.

Já estamos vivendo esse quadro no cotidiano universitário. A GED é uma das "cunhas" instituídas, uma política de gratificações que não significam reajustes salariais, são insuficientes e distorsivas. Outras formas fragmentadoras da categoria estão acontecendo, internalizando em nossas práticas critérios mercadológicos que exacerbam uma competitividade individualista e obstruem possibilidades de projetos institucionais de cursos, departamentos, etc. Esta Universidade mesma vem generalizando práticas explícitas ou camufladas de

mercantilização de seus serviços, ou do bolso de alguns, em detrimento do direcionamento público de suas atividades, a exemplo de Cursos de Especialização auto-financeáveis e com complementação salarial.

Muitos poderão dar de ombros sobre o que acontece e, pensando a partir do seu umbigo e da Lei de Gerson, imaginar que vão levar vantagens.

O mínimo que se pode perceber, em uma análise prospectiva, é que esse processo significa seletividade de alguns poucos "eleitos" integrados e sistêmicos, perda de autonomia intelectual e descompromisso com um exercício profissional de alcance social.

Portanto, são essas ameaças à categoria docente razões bastante fortes para resistirmos a uma política desse naipe, se não quisermos aceitar a sua irreversibilidade e se quisermos expressar, em palavras e ações, para onde queremos ir. A categoria precisa responder, afinal, como se pensa nesse processo. Sem o saudosismo de querer ficar como era antes, encarando que o mercado é um eixo societário estruturante mas não reduzindo a este único eixo a configuração societária como um todo. Sem o corporativismo de considerar-se intangível no processo, mas entendendo que sua identidade se constrói/reconstrói nesse jogo político de relacionamento, negociação e confronto entre sociedade e Estado, entre privado e público.

Em uma democracia, a negociação faz parte do jogo político. Mas não é o que estamos assistindo. O Governo, além de impor um "arrocho salarial" aos trabalhadores, em nome de uma suposta estabilização econômica que não estamos vendo, tem se recusado, sistematicamente, a dialogar. Ao contrário, é visível a sua fisionomia autoritária, seja através de medidas provisórias e decretos ou políticas excludentes seja através de repressão policial ostensiva contra manifestações sociais de protesto, como o Movimento Sem-Terra e os professores de Ensino Fundamental e Médio de São Paulo.

Este quadro situacional não pode ser tachado meramente de condições objetivas. Por um acaso, as políticas do Governo não atingem as nossas subjetividades? Mexem com nosso bolso,

o que não é só elemento objetivo; interferem em nosso trabalho, e o aviltam, o que não é só um elemento objetivo; se não tivermos força, desestruturam nosso ânimo, desrespeitam nossa dignidade profissional, o que não é só um elemento objetivo.

A permeabilidade do contexto no cotidiano dos trabalhadores, em suas condições de vida e de trabalho, é subjetivada, internalizada, desencadeando sentimentos, interpretações e sentidos os mais diversos: os que não se explicitam, os que se resignam, os que aderem, os que discordam.

É nessa diversidade que a Greve ou não Greve é inteligível.

É nessa diversidade, também, que a opção pela Greve ou pela não Greve pode ser compreendida como uma decisão em que razão e emoção são componentes.

O discurso expresso no texto Razão e Emoção, dizendo explicitamente que nas Assembléias tem predominado a retórica, a emoção, e as palavras de ordem, contra as ponderações e a filosofia, traz implícita a desqualificação dos que votaram pela Greve, aliás, larga maioria, pois a dedução é clara: deixaram-se levar pela retórica, a emoção, as palavras de ordem e o grito. Desqualifica os colegas que exprimiram suas opiniões em público, tachando-os de "tribunos do povo". Desqualifica seus argumentos, "destituídos de racionalidade", por certo, na linha de raciocínio do texto. Auto-qualifica os portadores das ponderações e da filosofia, que não são "os tribunais do povo".

O referido texto evoca o confronto entre os sofistas e os platônicos na Grécia antiga. Ora, não só o próprio Aristóteles, já naquela época, buscou superar essa "gaveta classificatória estanque" entre o mundo das idéias e o mundo sensível no qual se insere a política; como a contemporaneidade tem colocado no cerne da construção de um novo paradigma de conhecimento o respeito à diferença, a crítica à razão instrumental, a inclusão de outras formas de conhecimento, a valorização da doxa, isto é, a opinião, o que não significa necessariamente

irracionalidade, mas uma outra racionalidade e o que implica em debate, argumentação, julgamento, deliberação.

Por isso, as nossas Assembléias continuam sendo os loci - não únicos, por certo - de construção da nossa sociabilidade enquanto Movimento e os loci legítimos de nossos processos decisórios. Nela se confrontem as idéias, os argumentos, as opiniões, de onde emanam as decisões.

Emitindo, pois, a sua avaliação, para o debate da Assembléia da categoria, o Comando Local de Greve, neste momento, considera que a Greve deve continuar.

A par das considerações gerais feitas neste texto, a vitória obtida pela Greve das Universidades Estaduais paulistas representa um componente importante para análise. O seu ganho efetivou-se mediante a paralisação das atividades, durante 52 dias. O argumento de que tal ocorreu porque, afinal, são USP, UNICAMP, UNESP, é São Paulo, claro que tem sua procedência por se tratarem de grandes universidades e, inclusive, sua saída de Greve pesa. No entanto, há uma ponderação inversa: o fato da Greve ter sido um instrumento de ganho político, financeiro e organizativo, reforça as nossas reivindicações.

O Governo, depois de muita relutância, sinalizou para a negociação em separado, por categoria, demonstrando que sua estratégia pretende ser fragmentadora do movimento dos Servidores Públicos Federais que, unificados na paralisação, aumentam potencialmente suas chances de obter algum ganho. Já está agendada uma nova reunião, no próximo dia 29, com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, dando continuidade ao diálogo aberto no dia 15/06, o que demonstrou um recuo na postura do Governo, decorrente da firmeza dos servidores em se manterem em Greve. Essa firmeza precisa ser reforçada para viabilizar possibilidades de atendimento de nossas reivindicações.

A Greve continua !

**Comando de Greve
Professores da UFPB - Campus I**

Durante o XIX Congresso do ANDES-SN, em Juiz de Fora, em fevereiro deste ano, foi aprovada uma proposta emergencial de salários. Existem ainda outras duas propostas, dentro das reivindicações dos docentes, sendo que uma é de reajuste linear defendido pelos SFP's e a outra específica dos professores. Estas tabelas serão divulgadas no próximo Boletim de Greve. Veja como ficou a proposta emergencial:

Pauta emergencial - Incorporação da GED em seus valores máximos na carreira atual					
Carreira atual - Cargo, Nível, Regime de Trabalho e titulação	Salários atuais (valores brutos, sem descontos)				
	Vencimento + GAE	GED Plena (140 pontos)	Total (sem Plano Verão)	Plano Verão (26, 05%)	Total (Plano Verão)
Auxiliar 1 DE Graduado	985, 79	303, 94	1.289, 73	256, 80	1.546, 53
Assistente 1 DE Mestre	1.532, 73	910, 00	2.442, 73	399, 28	2.842, 01
Adjunto 1 DE Doutor	2.287, 84	1.430, 52	3.718, 36	595, 98	4.314, 34
Titular DE Doutor	3.169, 37	1.690, 78	4.860, 15	825, 62	5.685,77

Oficina orienta produção de filtros caseiros

Uma oficina de produção de filtros caseiros para purificação de água. Esta é mais uma atividade de greve dos professores da UFPB-Campus I, dentro do calendário de ação da categoria.

A oficina acontecerá, a partir de hoje, dia 20, às 13h, na igreja Rosa Mística, Alto do Mateus, com a participação de moradores daquele bairro e

a comunidade em geral, orientados por professores e alunos da UFPB. Outros sindicatos dos Servidores Públicos Federais confirmaram presença

Os professores usarão como matéria-prima material recicláveis, a exemplo de garrafas plásticas, de embalagens de refrigerantes.

Os trabalhos serão coordenados pelo professor Antônio Justino, do CCEN.

Professor da USP lança livro em João Pessoa na próxima semana

Na próxima terça-feira, 27 de junho, será lançado às 19h00, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, o livro "Universidade Sitiada", do professor do Instituto de Física da Usp, Luiz Carlos de Menezes. Autor de vários livros e ex-diretor da SBPC, ele participará, após o

lançamento, de um debate, que terá a participação da chefe do Departamento de História do Campus I da UFPB, Rosa Godoy.

A sede da OAB está localizada na rua Rodrigues de Aquino, em frente ao antigo prédio do Tribunal Regional Eleitoral.

Filme de Marcelo Masagão será exibido amanhã

Será exibido, amanhã, às 17h30, no auditório da reitoria, o filme "Nós que aqui estamos por vós esperamos", do cineasta Marcelo Masagão,

Após a exibição, ocorrerá

um debate com a participação do cineasta paraibano Carlos Dowling, da chefe do Departamento de História, Rosa Godoy, e do professor do Departamento de Comunicação, João de Lima.

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufpbjp@openline.com.br.
Jornalista Responsável:
Andréa Viagas - DRT: 4626/91
Estagiário: Edmilson Bandeira.

**FORRÓ
DA GREVE**Hoje, 28 de junho,
a partir das 18h
Centro de Vivência**PROFESSOR,
PARTICIPE!!!****Perfil docente
é tema de debate**

O Comando de Greve dos Professores do Campus I realizou, ontem, dia 27 de junho, no CCHLA, um debate sobre o *Novo Perfil da Docência*.

Debateram o tema os professores Alexandre Nader, Rubens Freire, Arturo Gouveia, Lenilde Duarte de Sá e Edmilson Alves de Azevedo.

E uma outra atividade de greve, realizada no mesmo dia, contou com a participação do professor da USP, Luiz Carlos de Menezes. Durante debate, no auditório da OAB, ele lançou o livro *Universidade Sitiada*.

**Quadro de
mobilização:****31 Universidades em Greve**

A Greve dos docentes das IFE's já atinge 31 universidades. O Comando Nacional de Greve está organizando uma campanha de encaminhamento de e-mails à Presidência da República, Ministério da Ciência e Tecnologia e aos grandes jornais do país, contendo mensagens em defesa da abertura das negociações com

os servidores públicos federais.

Segundo a Andes-SN, a mensagem, que deverá ser enviada pelas AD's e por professores, destaca a defasagem salarial da categoria, que está há seis anos sem reajuste salarial, além da intransigência do governo, que se recusa a abrir as negociações com os SPF's.

Entidades apoiam movimento grevista

A greve dos Servidores Públicos Federais está recebendo o apoio de importantes instituições e entidades da sociedade civil organizada. Na última segunda-feira, foi a vez da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos manifestarem apoio ao movimento grevista.

Após uma reunião com o Comando Nacional Unificado de Greve, a OAB, ABI e CNBB se comprometeram em redigir, conjuntamente, uma carta-manifesto, que deverá ser encaminhada ao governo e à imprensa.

Ministro vai receber Comando de Greve

Produção de Outdoor

Uma oficina para produção de outdoor.

Esta é mais uma atividade de Greve dos professores da UFPB, Campus I.

Esta proposta une a criatividade à necessidade de fortalecer a mobilização. Para isso, todo o material produzido na oficina está voltado para movimento grevista.

Os trabalhos são coordenados pelos professores do Departamento de Comunicação Social, Henrique Magalhães e José César, que orientam os alunos na confecção de outdoor, numa atividade totalmente artesanal.

Segundo os professores, na oficina, os alunos aprendem todo o processo, que vai desde técnicas de produção da tinta à montagem e fixação dos outdoors.

A primeira turma, composta por vinte alunos, conclui o curso esta semana. Os primeiros resultados podem ser visto em locais estratégicos do Campus I, a exemplo do Centro de Vivência, onde uma sugestiva ilustração faz críticas ao lema de campanha de FHC, em 1994.

Uma nova oficina está sendo programada para a próxima semana, e a proposta dos professores é de que os outdoor sejam afixados, também, pela cidade.

O Comando Nacional de Greve dos Servidores Públicos Federais confirmou para amanhã, dia 29, às 17h00, em Brasília, uma audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Desde segunda-feira, 26 de junho, que estão chegando à Brasília caravanas de todo o país para uma manifestação que deverá reunir milhares de servidores.

O Comando dos SPF's vai reivindicar a abertura imediata das negociações e apresentar a pauta de reivindicações, que tem como principais pontos: o pagamento dos salários dos grevistas; reposição das perdas salariais, estimada em mais de 64%; investimentos para melhoria da qualidade do serviço público, além de comissões de negociação em cada Ministério.

O Comando de Greve dos professores da UFPB - Campus I apresenta aos Docentes, o balanço das despesas com atividades de Greve. Os números equivalem as despesas referentes ao mês de junho de 2000

Movimentação da Conta Fundo de Greve - junho de 2000

Saldo em 30/05/2000	183.478,23
Despesas Efetuadas	11.929,00
Despesas Futuras	8.685,36

Detalhamento das Despesas Efetuadas

Data	chq. nº	Débito	Descrição
01/jun	4988	550,00	Pagamentos Diversos
02/jun	4996	250,00	Comvídeo VT pVT/Greve
05/jun	5008	250,00	Comvídeo VT pTV/Greve
08/jun	5015	605,00	Diárias Delegados CNG
13/jun	5023	457,00	Fundo Nacional de Greve
15/jun	5032	457,00	Fundo Nacional de Greve
15/jun	5036	150,00	Edição Fita de Vídeo
15/jun	5037	1.000,00	Rateio Mídia dos SPF's
19/jun	5046	300,00	Transp. Quadriilha São João
21/jun	5056	47,50	Gravação fitas cass. Assembléia
21/jun	5059	440,00	Complem. Diárias Delegados CNG
21/jun	5066	350,00	Despesas Diversas (Greve)
26/jun	5070	1.678,60	Diárias Hotel Brasília - del. CNG
26/jun	4122	330,00	Diárias Observadores CNG
26/jun	4126	2.129,90	Copiar Informática - Desp. Diversas
26/jun	4128	250,00	Comvídeo VT p TV
26/jun	4127	914,00	Fundo Nacional de Greve
26/jun	4121	1.000,00	Rat. Alug. ônibus Car. p/ Brasília
26/jun	4123	55,00	Despesas com Faixas
26/jun	4129	715,00	Diárias Delegados CNG
Total		11.929,00	

Despesas Futuras

Mídia	6.797,36
Passagens Delegados CNG (Érica e José Tavares)	1.200,00
Comvídeo (VT p/ TV) AG do dia 28/06	277,00
Complemento material (papel/cartucho impressoras)	411,00
Total	8.685,36

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufbjp@openline.com.br.

Jornalista Responsável:
Andréa Viegas - DRT: 4626/91
Estagiário: Edmilson Bandeira.

Análise de Conjuntura

É importante destacar, na atual conjuntura, que a greve dos professores, somada à dos SPFs, está entrando em uma fase decisiva. É o momento de maior expectativa, por causa de dois episódios importantes que ocorreram em Brasília: a) a audiência com o ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão; b) a votação da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Congresso Nacional. Esses dois fatos ganham uma especial relevância para o movimento devido à sua ressonância sobre o destino a ser tomado pela greve. A avaliação feita pelo Comando apontou as seguintes questões:

A pauta unificada de reivindicações já está fragmentada. Como o governo não recebe o Comando Nacional Unificado, a sinalização de reuniões e possíveis negociações por setor pode fragilizar o movimento. Esta é uma estratégia proposital do governo, reiterando, mais uma vez, seu caráter intransigente e autoritário.

A greve geral dos SPFs apresenta grandes dificuldades organizativas e de condução, demonstrando diferenças de lastro de experiência entre os professores e outras categorias de funcionários. Os demais SPFs parecem estar aceitando a tese da “unidade na fragmentação”, um paradoxo insustentável nas condições do movimento. Este contexto requer que os docentes repensem o movimento, analisando, com todo realismo, se há possibilidade de manter uma greve só dos professores. Afinal, a greve, desde o início, não foi pensada como tal,

como movimento específico, mas como um enfrentamento o mais generalizado possível aos projetos e às ameaças destrutivas de FHC ao serviço público.

Sabe-se que em ano eleitoral os políticos estão mais interessados em suas campanhas pelos Estados e nesse contexto se esvazia o pouco apoio parlamentar que os SPFs têm. A tese da formação de “comissões” para dialogar com o governo, aceita por muitas categorias do movimento, não faz o menor sentido pela sua natureza vaga, não representativa e, sobretudo, diluidora. De fato, essas comissões não levam a nada e acabam fazendo o jogo do próprio governo, contradição que muitas categorias parecem não perceber.

Entretanto, é necessário que o movimento docente não entre em precipitação e, antes, espere, indicações das outras ADs do quadro nacional. Caso haja necessidade de tal decisão, é necessário que a presente experiência fique como lição: greve geral sempre foi algo muito problemático, exige um esforço incomensurável de organização e mobilização e a entrada dos professores nessa luta maior foi muito mais para somar do que para obter ganhos específicos. A conclusão, por enquanto, é que não se pode falar de saída, uma vez que ainda não experimentamos os resultados de uma possível negociação. Mesmo assim, o Comando entende que houve um erro estratégico, em nível nacional: os últimos CONADs só privilegiaram questões internas da ANDES e do movimento docente, tendo secundarizado um planejamento mais eficaz de uma greve específica das

Universidades Federais.

Essas questões devem ser debatidas em assembléia com toda transparência. Não podemos ser ufanistas, mas também é extremamente prejudicial assumirmos uma postura derrotista. É preciso tratar os fatos com realismo e fazer autocrítica construtiva. Sabe-se que nunca houve tanta dificuldade na construção interna da greve, sobretudo em termos locais, com baixa adesão da comunidade universitária e baixa participação. Entretanto, esse desafio nos coloca a incumbência de repensar o instrumento greve para não comprometer sua credibilidade.

Entre os encaminhamentos colocados para o Comando Nacional de Greve, alguns merecem destaque, tais como: a) *solicitar audiência com o MEC e reivindicar a incorporação da GED ao salário*; b) *insistir na exigência de abertura imediata de concurso público, que não seja CLT ou outros contratos precários*; c) *constituir comissão para resolver a proposta de carreira docente e reivindicação de um piso salarial para os professores das IFES*.

Por fim, é de extrema importância, em termos de respaldo social, o apoio manifestado aos SPFs por três grandes instituições nacionais: OAB, ABI e CNBB. Como está expresso no Comunicado n.º 13, estas instituições, em reunião com CNUG, reforçaram a justiça do movimento.

**Comando de Greve
dos professores da
UFPB - Campus I**

O Comando de Greve dos professores da UFPB - Campus I presta conta, mais uma vez, dos gastos com as atividades de greve durante a paralisação da categoria.

Calendário de Assembléias em todo o país

Algumas AD's realizarão assembléias durante esta semana para avaliar a continuidade do movimento grevista.

Veja abaixo as datas das Assembléias:

ASPUV (Viçosa) 05/07
 ADUFS (Sergipe) 05/07
 APUFSC (Stª Catarina) 06/07
 APUB e CEFET (Bahia) 07/07
 ADUFEPE (Pernambuco) 07/07
 ADUFPI (Piauí) - 07/07
 ADUFPB - CG (Paraíba-campusII) - 07/07

ANDES-SN pede audiência ao Ministro

A ANDES-SN encaminhou, novamente, no último dia 30 de junho, ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, ofício com a pauta de reivindicações das IFES, atualizada durante o 19º Congresso Nacional do ANDES-SN, ocorrido em fevereiro deste ano.

A maior parte das reivindicações já é de conhecimento do MEC, uma vez que documento semelhante foi entregue no ano passado, com as deliberações do 18º Congresso, mas não houve resposta. A ANDES-SN solicitou ao ministro Paulo Renato de Souza audiência, em caráter de urgência, para iniciar as negociações da pauta apresentada pela entidade.

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufbjp@openline.com.br.
 Jornalista Responsável:
 Andréa Viegas - DRT: 4626/91
 Estagiário: Edmilson Bandeira.

Saldo em 30 de maio de 2000

183. 478, 23

PAGAMENTOS FUTUROS

Mídia	6. 797, 00
Comvídeo (VT p/ TV) AG do dia 28/06	277, 00
Compl. material (papel/cartucho impressoras)	411, 00
Total	7. 485, 00

JUNHO

DATA	JUSTIFICATIVA	CHQ	DÉBITO
01/jun	Pagamentos Diversos	4988	550, 00
02/jun	Comvídeo VT pVT/Greve	4996	250, 00
05/jun	Comvídeo VT pTV/Greve	5008	250, 00
08/jun	Diárias Delegados CNG	5015	605, 00
13/jun	Fundo Nacional de Greve	5023	457, 00
15/jun	Fundo Nacional de Greve	5032	457, 00
15/jun	Edição Fita de Vídeo	5036	150, 00
15/jun	Rateio Mídia dos SPF's	5037	1.000, 00
19/jun	Transp. Quadriha São João	5046	300, 00
21/jun	Gravação fitas cass. Assembléia	5056	47, 50
21/jun	Complem. Diárias Delegados CNG	5059	440, 00
21/jun	Despesas Diversas (Greve)	5066	350, 00
26/jun	Diárias Hotel Brasília - del. CNG	5070	1. 678, 60
26/jun	Diárias Observadores CNG	4122	330, 00
26/jun	Copiar Informática - Desp. Diver.	4126	2.129, 90
26/jun	Comvídeo VT p TV	4128	250, 00
26/jun	Fundo Nacional de Greve	4127	914, 00
26/jun	Rat. Alug. ônibus Car. p/ Brasília	4121	1. 000, 00
26/jun	Despesas com Faixas	4123	55, 00
26/jun	Diárias Delegados CNG	4129	715, 00
28/jun	Coquetel/palestra prof. USP	4130	1. 270, 00
29/jun	Passag. Del. CNG (Érica e Tavares)	4132	1. 200, 00
29/jun	Exibição, aluguel filme - ativ. de greve	4133	64, 00
29/jun	Som p/ O Forró da Greve	4134	170, 00
29/jun	Fotografias/Táxi - atividade de Greve	4136	91, 50
Total			14. 724, 50

JULHO

03/jul	Com. diár. de Hotel Del. CNG (Érica)	4143	1. 104, 37
04/jul	Pass. Del. CNG (Rubens Freire)	4145	775, 00
	Livraria	4150	281, 55
Total			2. 160, 92

Análise de Conjuntura

A greve dos SPFs, desde o início, foi concebida e planejada como um movimento geral, calcado sobre uma pauta unificada.

A experiência desse movimento demonstrou o quanto é difícil manter essa unidade, até por conta das diferenças, as mais díspares, entre as categorias em questão. O governo, explorando isso, logo rompeu a pauta unificada e só vem admitindo "negociações por setor". Isso resulta em "negociações" isoladas e infrutíferas, que desmobilizam sensivelmente o movimento. Cada categoria (organização sindical) que se sente contemplada com alguma proposta do governo tende a se recolher e abandonar o movimento geral.

Pelos últimos informes, cada vez mais a greve se restringe às Escolas Técnicas e às Universidades. A tática do governo é isolar a ANDES-SN e esvaziar de vez o movimento. Essas primeiras reuniões com o MPOG não resultaram em nada. Não houve avanço nenhum, nenhuma concessão, nenhuma negociação. Ao contrário: o próprio ministro Martus Tavares declarou que há uma política governamental que ele não quer contrariar; e essa política exclui qualquer reajuste salarial para os servidores públicos; no máximo, algumas gratificações, por critérios bem restritivos e discriminatórios.

Essa declaração do ministro é um ponto importante de avaliação:

- 1- *O projeto que aí está, chamado "neoliberal" é um processo tão visível, tão claro, tão bruto, que não há mais condições de escondê-lo;*
- 2- *O governo está tão convicto de seu papel aruinador dos serviços públicos, que não demonstra mais necessidade de escamotear os seus procedimentos;*
- 3- *Não se trata de análise teórica ou crítica esquerdista, como ainda pensam alguns professores universitários.*

Ora, o projeto neoliberal é um fato concreto e sua política de "enxugamento do Estado" atinge diretamente o salário dos professores e a própria função da Universidade pública e gratuita. Assim, é preciso que a categoria professor, como um todo, se conscientize de vez desse processo nocivo, que não é mero chavão político ou abstração teórica.

No que concerne às condições internas da

greve, é necessário reconhecer as debilidades organizativas e preparar, após uma reflexão mais amadurecida, uma saída mais consciente e honrada. É precipitado falar em saída de greve, até porque dependemos, também, de uma tendência nacional nesse sentido.

É claro que não podemos sonegar informações – e ainda mais para nós mesmos – e ocultar o fato de que, rompida a pauta unificada, pulveriza-se o movimento como um todo orgânico. Além disso, o CNG tem tido muitas dificuldades de organização e representatividade: pelo último comunicado, havia apenas 13 delegados em Brasília, o que sinaliza problemas sérios de estrutura e condução do movimento.

Já há, a essa altura, alguns indicativos de saída no âmbito das Federais e entidades como a FASUBRA, antes integrada no movimento como um todo, cada vez mais vêm se amoldando ao projeto governamental de "gratificação por produtividade".

Estas são as nossas condições – um horizonte que pouco promete. Mesmo assim, preparar uma saída articulada é mais sensato que a suspensão imediata do movimento.

Precisamos medir nossas forças e avaliar o posicionamento do governo – que já é bem conhecido – e a nossa capacidade, enquanto categoria específica, de enfrentar essa intransigência.

Pelo exposto, a greve nos impõe uma lição política e pedagógica: o movimento geral, se serve no início como grande força de pressão e repercussão midiática, depois tende a se diluir nos interesses particulares e anular as reivindicações mais universais; além disso, o movimento específico das universidades, caracterizado por muita indiferença e pouca ação, tem que ser severamente repensado.

O baixo índice de mobilização e empenho dos docentes se deve à soma da categoria numa greve geral? Ou os professores universitários, com a "subjetividade destroçada", já estão eles mesmos internalizando a política governamental?

Ministro Martus Tavares recebe Comando Unificado de Greve

Da audiência com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, participaram os representantes do CNGU e um representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No encontro foi elaborado um memorando de entendimento, que será submetido ainda à apreciação das assembléias gerais dos SPF's para deliberar se serão aceitas ou não as condições colocadas pelo governo.

O Comando de Greve, apesar de o ministro ter reafirmado

que o governo FHC não pretende conceder reajuste linear, reiterou o documento encaminhado, anteriormente, ao Ministério, contendo os pleitos da categoria, entre eles a reposição das perdas salariais estimadas em 63,68%. O CNGU deixou claro que os SPF's não estão abrindo mão da pauta defendida no início do movimento grevista.

Leia na coluna ao lado a proposta de Memorando de Entendimento, fechada durante a reunião com o ministro Martus Tavares e o CNGU dos SPF's.

Entidades manifestam apoio à Greve Geral dos SPF's

A greve dos SPF's recebeu apoio do Fórum Nacional de Luta Por Trabalho, Terra e Cidadania.

A entidade condenou a postura intransigente do Governo Federal, que não tem avançado nas negociações com o Comando de Greve.

Segundo a nota divulgada pelo Fórum, a mobilização dos

servidores federais reforça "na agenda política da sociedade brasileira a luta em defesa dos serviços públicos".

O Fórum considera uma "de suas bandeiras de luta a defesa de um orçamento público, que venha contemplar as necessidades da população brasileira".

Servidores Públicos Federais promovem atividades na SBPC

O Comando Nacional Unificado de Greve está realizando uma programação paralela na 52ª Reunião Anual da SBPC, que acontece em Brasília desde o dia 9 de julho.

Os SPF's estão fazendo intervenções em debates, palestras e conferências.

Foi organizada também uma programação cultural com grupos de teatro, música, exibição de vídeos e fotos, além de shows com vários artistas.

Um ato público, seguido de uma festa, está sendo programado para amanhã, 13 de julho, no Campus da UNB.

ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO:

Quinta-feira (13/07)

Aula Pública – das 9 às 11h00
Ato Público – a partir das 15h00

Sexta-feira (14/07)

Aula Pública: "Questão Agrária, Agricultura e Biodiversidade"

PROPOSTAS:

* Editar Decreto, autorizando a compensação das faltas, mediante compensação de serviços, mantendo todas as vantagens e direitos dos servidores, desde que sejam retiradas da Justiça as ações movidas pelos SPF's;

* Criar uma Comissão de Interlocação, no âmbito do MP, com o objetivo de: analisar e discutir a pauta de reivindicações dos servidores; analisar, discutir e propor o estabelecimento de um diálogo permanente, com os órgãos e unidades setoriais, relativo ao conjunto dos servidores públicos federais; analisar, discutir e propor alterações para assegurar ao servidor o desempenho de mandato em entidades de classe;

* A comissão de Interlocação será formada por:
Titular da Secretaria de Gestão do MP, que presidirá a comissão.

Titular da Secretaria de Recursos Humanos do MP;
Dois assessores indicados pelo Ministro do Planejamento;
Onze representantes indicados pela CNESF;

* Agendar uma reunião da Comissão de Interlocação, logo após assinatura do memorando;

* O Ministro e a CNESF deverão indicar seus representantes com antecedência mínima de 24 horas do início de cada reunião.

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa. Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufpbj@openline.com.br.

Jornalista Responsável:

Andréa Viegas - DRT: 4626/91

Estagiário: Edmilson Bandeira.

Professores da UFPB fazem vigília

Os Conselhos Superiores (Consuni, Consepe e Conselho Curador) da UFPB vão se reunir, amanhã, extraordinariamente, para discutir a greve na universidade.

A convocação foi feita pelo reitor Jader Nunes atendendo reivindicação dos comandos de greve dos professores e funcionários.

Na última sexta-feira, 17 de julho, representantes das duas categorias realizaram uma vigília na sala de reunião do gabinete do reitor. Eles tinham uma audiência agendada com Jader Nunes, que foi cancelada um dia antes.

Docentes e funcionários dos Campi de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras, participaram da mobilização, que começou às 11h00 e se estendeu até o início da noite. Lideranças estudantis também prestaram apoio ao movimento.

Os representantes dos comandos de greve foram recebidos, inicialmente, pelo Pró-reitor de Administração, Múcio Antônio Sobreira Souto.

Ele alegou que o reitor teve de fazer uma viagem inesperada a Recife. Professores e funcionários decidiram só deixar a reitoria após serem recebidos

por Jader Nunes. A Vigília contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas. À noite, após retornar da viagem, o reitor recebeu a comissão.

As categorias, em greve há mais de 40 dias, solicitaram do reitor Jader Nunes apoio às suas reivindicações. Uma delas é que a Andifes interceda junto ao Mec pedindo a abertura das negociações. Os servidores pediram também apoio dos Conselhos Superiores da UFPB, ao movimento grevista. O reitor prometeu encaminhar as reivindicações e convocar a reunião dos conselhos.

SPF's suspendem greve

Em plenária realizada no último dia 13 de julho, os Servidores Públicos Federais (SPF's) decidiram pela suspensão do movimento grevista, iniciado em 10 de maio.

O Comando Nacional Unificado de Greve - Cnug avaliou que a greve foi positiva e foram obtidas vitórias políticas e sociais.

Segundo o Cnug, o movimento grevista teve apoio de entidades da sociedade civil organizada e foi marcado pela unidade das categorias que estavam paralisadas.

A decisão de suspender a greve representa, segundo o Comando, um recuo tático e os SPF's continuarão mobilizados, caso haja necessidade de recorrer novamente ao movimento

grevista. A Plenária dos Servidores Públicos Federais ratificou alguns pontos que continuarão sendo objeto de negociação junto ao Governo Federal.

Pontos de negociações:

- 1- *Transformar o aumento da massa salarial, que foi incluído na LDO para 2001, em reajustes lineares no Orçamento Geral da União, mantendo a isonomia entre ativos e aposentados.*
- 2- *Continuar com a negociação unificada no MPOG, apresentando propostas concretas para o setor do PCC, que hoje representa cerca de 60% dos servidores públicos federais, e avançar nas discussões sobre a pauta geral de reivindicações.*
- 3- *Implementar as negociações nos Ministérios, contemplando as pautas específicas dos diversos segmentos da categoria.*

Servidores Federais continuam mobilizados

A Plenária dos Servidores Públicos Federais elaborou um calendário de atividades, com intervenções a serem realizadas ainda este mês e em agosto. Foi discutida também uma proposta de construir uma greve geral de todos os trabalhadores. O calendário de mobilização dos SPF's é o seguinte:

27/07

Participação no Dia do Basta

03/08

Ato no Congresso Nacional.

04/08

Reunião das categorias

05/08

Plenária Geral dos SPF's

Quadro de Mobilização:

Conforme o último boletim divulgado pelo Comando Nacional de Greve /Andes-SN, quatorze AD's decidiram retornar às atividades, após a decisão dos Servidores Públicos Federais de encerrar o movimento grevista unificado. Mas, outras 14 Associações Docentes continuam mobilizados em favor de uma greve específica do setor de educação. Abaixo o último quadro de rodadas de assembléias gerais, em 13/07/2000:

Seção Sindical	Última AG	Resultado	Próxima AG
ASPESAL	11/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	—
ADUFPA	10/07	Suspensão da greve e retorno ao trabalho 13/07	—
APUFSC	12/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	14/07
APUB	07/07	Continuidade da greve	13/07
ADEPM	10/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	14/07
ADUFAL	11/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	14/07
ADUFS	12/07	Continuidade da greve	17/07
ADUFPB-PATOS	11/07	Continuidade da greve	—
ADUFES	11/07	Continuidade da greve	14/07
ADFCAP	11/07	Continuidade da greve	18/07
ADUFEPE	07/07	Saída unificada da greve a partir Da Plenária dos SPF's	13/07
ADUC	11/07	Continuidade da greve	—
APRUMA	10/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	—
SESDUF	03/07	Saída de greve e retorno às aulas dia 07/07	—
ADUFMAT	11/07	Continuidade da greve	17/07
ADUFPB-JP	12/07	Continuidade da greve do setor de educação	18/07
ADUFPB-CG	12/07	Continuidade da greve nas universidades	13/07
ADUR-RJ	10/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	13/07
ADUFF	10/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	13/07
ADUFFPI	11/07	Continuidade da greve	18/07
ADUFAC	11/07	Suspensão da greve, retorno ao trabalho 13/07	—
ADUFRJ	11/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	14/07
ADUA	11/07	Continuidade da greve	14/07
SEDUFMS	11/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	13/07
ADUNI-Rio	11/07	Suspensão da greve a partir de 17/07	14/07
ADUFMAT-Rond	04/07	Continuidade da greve	—
ASPUV	07/07	Continuidade da greve	—
ADFUNREI	04/07	Continuidade da greve	—

SPF's estabelecem mudanças no Memorando de entendimentos

Os SPF's avaliaram na Plenária a proposta de Memorando de Entendimento, elaborada durante a reunião com o ministro Martus. Foi deliberado a não retirada das ações na justiça contra o corte do ponto, conforme foi sugerido pelo MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão).

Outra mudança na proposta foi a eliminação do termo "permanente" do item dois *...discutir e propor o estabelecimento de uma diálogo permanente*; incluir no item B o papel da Comissão de Interlocução no âmbito do MPOG, que deverá coordenar as negociações, o que não estava definido anteriormente.

*Projeto Sede de Cultura
Novos Lançamentos,
dia 28 de julho,
na Sede Sociocultural
da ADUFPB-JP*

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa, Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: aduufbjp@openline.com.br.
Jornalista Responsável:
Andréa Viegas - DRT: 4626/91
Estagiário: Edmilson Bandeira.

Conselho Universitário apoia greve da UFPB

Uma moção de apoio às reivindicações de professores e funcionários foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFPB, durante reunião realizada na última quarta-feira, 19 de julho. No documento, encaminhado ao Ministério da Educação, a Universidade Federal da Paraíba reivindica do governo a abertura de negociações.

O reitor Jader Nunes comprometeu-se a manter contatos com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a bancada de parlamentares da Paraíba, no Congresso Nacional, para que sejam feitas gestões junto ao Ministério da Educação, visando abertura de diálogo com os servidores que estão com as atividades paralisadas.

ANDES-SN cria Comando Nacional de Mobilização

Com o fim da greve dos Servidores Públicos Federais e a continuidade do movimento grevista nas IFES, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN foi transformado em Comando Nacional de Mobilização.

A instalação do CNM-ANDES-SN ocorreu na última quarta-feira, 19 de julho. Para participar do Comando, foi enviado como delegado representando os docentes da Paraíba, o presidente da ADUFPB/JP, Tadeu de Azevedo Melo, conforme deliberação da

A reunião do Consuni foi convocada por solicitação dos comandos de greve das duas categorias e o Diretório Central dos Estudantes, durante audiência que tiveram com o reitor Jader Nunes. A moção de apoio contou com aprovação unânime do Conselho.

A sessão extraordinária do Conselho Universitário contou também com a participação de membros do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e Curador. Durante mais de três horas, representantes dos comandos de greve de professores e funcionários, além de dirigentes das associações de docentes e Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior (Sintesp), participaram do debate com os conselheiros sobre o movimento grevista.

assembléia anterior.

O Comando vai acompanhar as atividades de mobilização das universidades em greve, articular as comunicações com as AD's e os comandos locais de greve.

Será também do CNM-ANDES-SN implementar esforços para abertura de negociações com o Mec e fazer intervenções junto aos parlamentares no Congresso Nacional para obter apoio ao movimento grevista das Instituições Federais de Ensino Superior.

MOÇÃO DE APOIO

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, reunido em sessão extraordinária, no uso de suas atribuições estatutárias:

Considerando:

- 1 - que o movimento dos servidores docentes e técnico-administrativos da UFPB e demais IFES é parte indissociável das demais legítimas aspirações do povo brasileiro em defesa da qualidade e da dignidade no serviço público;
- 2 - que o atendimento às reivindicações dessas categorias contempla os meios necessários a expansão qualitativa da educação pública e gratuita em todos os níveis, em especial das universidades e unidades outras que integram o Sistema Federal de Ensino Superior;

Decide:

- 1 - manifestar apoio às pautas de reivindicações dos professores e funcionários da UFPB e demais IFES.
- 2 - apelar ao governo no sentido do imediato estabelecimento de negociações efetivas com as entidades representativas dessas categorias;
- 3 - Instar a Andifes e lideranças de todos os partidos no Congresso Nacional, para que intercedam junto à Presidência da República e ao Ministério da Educação, com vistas a promover, através do diálogo, o atendimento às reivindicações.

Professores do Campus II suspendem greve

Os docentes do campus II da UFPB, em Campina Grande, decidiram suspender a greve a partir do dia 24 julho. A decisão foi tomada em assembléia, realizada, na última quinta-feira, dia 20.

Os professores decidiram continuar mobilizados em defesa das reivindicações da categoria, atendendo uma orientação do Comando Nacional de Mobilização do ANDES-SN, para o

acompanhamento das negociações em Brasília.

A Assembléia deliberou também um calendário de atividades para ser implantado antes da retomada do semestre 2000.1.

Ficou definido a realização de uma reunião do Conselho Consultivo das Ads para avaliação da greve e discussão sobre o calendário escolar; Reunião do Consepe para discutir o

calendário escolar. Foi aprovado também que no primeiro dia de aula seja promovido vários debates com a comunidade universitária.

Os principais temas a serem debatidos são: Greve na universidade - perdas e ganhos; O Papel das Entidades na organização das categorias; O Papel da Administração na Defesa da Universidade; Debate nos Centros sobre Fundos Setoriais, contratação pela CLT e Carreira Docente.

QUADRO DE MOBILIZAÇÃO (Atualizado em 19 de julho)

Seção Sindical	Última AG	Resultado	Nova AG
APUB	17/07	Indicativo de suspensão da greve em 24/07	24/07
ADUFAL	19/07	Não acatou greve específica/retorno dia 24/07	25/07
ADUFS	17/07	Greve das IFES	20/07
ADUFPB-Patos	18/07	Greve dos docentes das IFES	25/07
ADFCAP	18/07	Continuidade da greve	25/07
ADUC-Cajazeiras	18/07	Continuidade da greve	24/07
ADUFMAT	19/07	Continuidade da greve	25/07
ADUFPB-JP	19/07	Cont. greve no setor da educação	24/07
ADUFPB-CG	13/07	Retorno no dia 24/07	—
ADUFPI	18/07	Continuidade da greve	25/07
ADUFMAT-RONDÔNIA	19/07	Indicativo de retorno unificado	27/07
ASPUV	18/07	Continuidade da greve	24/07
ADFUNREI	13/07	Continuidade da greve	24/07

Sede de Leitura lança livros no final do mês

O projeto Sede de Leitura, da ADUFPB/JP, volta a ser realizado na próxima sexta-feira, 28 de julho, com o lançamento de cinco obras de professores da UFPB, a partir das 18h00, na sede social, na praia do Cabo Branco.

Serão lançados quatro livros e um CD. O projeto acontece a cada dois meses, tendo como objetivo incentivar e divulgar a publicação de trabalhos feitos pelos docentes da Universidade Federal da Paraíba.

O Sede de Leitura tem se constituído num importante espaço de divulgação da

produção acadêmica e revelando o talento de professores em outras áreas, a exemplo do CD que está sendo lançado pelo professor do Departamento de Educação Física do Campus I, José Wagner de Oliveira, que usa o nome artístico de Zewagner.

Leia abaixo a relação dos títulos:

- * *Educação Popular/temas convergentes* - Luiz Dias Rodrigues
- * *Resistência Popular - Possibilidades Ontem e Hoje* - José Francisco de Melo Neto e Wojciech Andrzej Kulesza
- * *Cidadania e Subjetividade* -

(org.) Dulce Baptista, Margot Soria, Maria Lúcia Silveira, Maria do Rosário Silva, Maria Otília T. Storni, Vânia M. Manfroi.

* *Certificação Sócio Ambiental do Setor Sucroalcooleiro* - Paulo José Assis e outros-

* *Crepúsculo* (CD) - José Wagner de Oliveira.

Greve

É uma publicação do Comando de Greve dos professores do Campus I da UFPB. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa, Caixa Postal 5001 CEP 58.051-970. Fone: 243-1212. E-mail: adufpbjp@openline.com.br. Jornalista Responsável: Andréa Viegas - DRT: 4626/91. Estagiário: Edmilson Bandeira.